Entre o impeachment e o golpe: uma análise do discurso dos senadores no Facebook sobre o impeachment de Dilma Rousseff[1]

Milena MANGABEIRA da Silva[2]
Ruth de Cássia dos REIS[3]
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

Neste artigo, buscamos compreender as estratégias de construção discursiva e o uso da emoção por políticos nas redes sociais, que se colocam como território privilegiado de disputa política. Por meio de mineração de dados no Facebook, obtivemos posts dos senadores pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff, entre 17/04 a 31/08/2016. Após serem categorizados, verificarmos os hábitos de uso da rede e selecionamos os posts com maior engajamento. Nesses, por meio de análise do discurso, identificamos as estratégias discursivas, tendo como referência os conceitos de dramatização e interdiscurso. Os 4 senadores selecionados escreveram 3.905 posts, em parte destinados a debater o impeachment. Nos mais populares identificamos entre as estratégias adotadas, que os recursos dramáticos e emocionais são centrais na construção de narrativas visando a persuasão e a sedução dos seus (e)leitores.

Palavras-chave: análise do discurso; emoção; impeachment; Facebook; Dilma Rousseff.

Introdução

O ano de 2016 foi marcante para a política brasileira, que ainda vive as consequências das reviravoltas registradas, com intensa mobilização nas ruas e nas redes digitais e mudanças no governo. O Congresso Nacional foi coadjuvante decisivo no cenário da crise política, pois coube aos parlamentares definir o destino da ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), afastada do cargo temporariamente em 17 de abril de 2016, após votação da admissibilidade do seu impeachment pela Câmara dos Deputados, e, definitivamente, no dia 31 de agosto/2016, quando o Senado

[1] Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergência Tecnológicas do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda do programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da UFES, email: milena.manga@gmail.com.

[3] Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFES e do programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade da UFES, email: ruthdosreis@gmail.com.

julgou que ela incorreu em crime de responsabilidade[4]. Em seu lugar, assumiu o vice, Michel Temer (PMDB).

A internet e as redes sociais vêm tendo um papel importante e nunca antes registrado na história do Brasil como palco e instrumento de produção de disputas políticas. As novas mediações tecnológicas redesenham o cenário e reposicionam os participantes na vida política ao permitir conexões horizontalizadas e ao favorecer a participação individual e direta (CASTELLS, 2015). Se há poucos anos essa emergente mediação tecnológica dava lugar majoritariamente às vozes da resistência e de protesto, hoje abrigam os segmentos políticos mais diversos, servindo aos propósitos de tantos quantos queiram se colocar nesse novo espaço de sociabilidade, identificação e disputas. As interações aí produzidas são fundamentalmente processos discursivos operados por seus participantes e pelos sistemas que os medeiam por meio de textos, sons e imagens, numa articulação humano-não humano, como propõe Latour (2012).

Os representantes políticos não demoraram para perceber a força da internet nos processos de mobilização e ocupação política. Em meio às críticas à sua baixa representatividade, trazidas pelas lutas no campo digital, políticos das mais diferentes nuances passaram a ser assíduos produtores de conteúdo. Durante os acontecimentos de 2016, parlamentares procuram se posicionar como vocalizadores e produtores de diversos discursos construídos em torno do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Como defendem Bakhtin e Orlandi, o discurso deve ser entendido em seus aspectos referentes à vida concreta que o constituem, e não apenas nos aspectos formais da língua (BAKHTIN, 2006) e o sentido não é intrínseco à palavra, mas sim em sua relação com a exterioridade e suas condições de produção (ORLANDI, 2005). O discurso, portanto, é intrínseco à vida e ao social e deixa marcas que falam sobre os sujeitos que os enunciam, sobre os espaços sociais que ocupam, valores que constituem e sentidos que engendram. Essas marcas, tal como os rastros digitais (BRUNO, 2013) podem ser recuperadas e analisadas, a fim de que possamos melhor compreender o funcionamento e constituição do social, as disputas pelo poder, num processo permanente e contínuo de construção.

Interessa-nos nesse artigo explorar conceitos e métodos que permitam compreender como as construções discursivas de agentes políticos com mandato eletivo,

[4] Por 367 a 137, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do afastamento, encaminhando o processo para o Senado, que decidiu por 61 votos a 20 pela a destituição de Dilma do mandato de presidente.

portanto participantes do poder do Estado e já investidos de um espaço de fala autorizado sobre si e sobre o outro, se apresentam nas redes digitais. Também procuramos apreender até que ponto esses sistemas produzem deslocamentos nos modos como operam as disputas discursivas pelo poder, uma vez que sua potência aponta para uma outra forma mais democrática de comunicação, por se constituírem de forma rizomática, por se abrirem para a participação de uma multiplicidade de vozes, por permitirem a eliminação da mediação de massa e instaurarem a comunicação direta, funcionando em processo de grande velocidade e muito ruído. Para os fins que nos propusemos, elegemos a análise de discurso como método para melhor compreender as estratégias discursivas e a construção das narrativas promovidas no Facebook, por senadores que participaram do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, destacando principalmente as postagens que tiveram maior engajamento por parlamentares pró e contra o impeachment.

Redes, relações sociais e rastros digitais

Uma rede de comunicação horizontal e rizomática pode determinar a constituição de múltiplos sentidos e pontos de vista, o que, de certo modo, não é característica da mídia de massa, de um para muitos. Na internet, muitos falam para muitos, num ciclo de produção e consumo constante de informação a partir de diversas referências. As táticas da mídia de massa, com seu modelo engessado e promoção do agendamento da sociedade podem ser dribladas pelo novo conjunto de comunicadores, produtores e consumidores de conteúdo, realizando um processo de autocomunicação de massa, segundo afirma Castells (2015).

O eco das mobilizações nas redes provocado pelo efeito da viralização de conteúdo, permite o impulsionamento das diversas vozes ali inseridas. Mas, ao mesmo tempo em que há mobilizações que visam mudanças sociais - como as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, o Occupy Wall Street nos EUA, a Revolta dos Indignados na Espanha e a Primavera Árabe -, as mesmas ferramentas são apropriadas para a disseminação de conteúdos negativos como os discursos de ódio racistas, homofóbicos, misóginos, entre outros.

Castells destaca que “a tecnologia não determina o processo e o resultado do processo de tomada de poder, mas ela também não é neutra, já que maximiza as chances para a expressão e mobilização de projetos alternativos que emergiram da sociedade para desafiar as autoridades” (2015, p. 34-35). A partir dos usos e acontecimentos mais recentes, é possível afirmar que essas redes não têm servido apenas para desafiar as autoridades, mas também para reafirmar o posicionamento das autoridades a partir do apoio e atuação das suas figuras políticas.

Durante a discussão política no Brasil, em 2016, a pressão popular na internet e nas ruas, associada à atividade de grande parcela dos parlamentares brasileiros no Congresso Nacional, influenciou os cidadãos de forma talvez similar à mídia tradicional em outros momentos históricos, com divulgação massiva de notícias e convocatórias para as manifestações contra e pró governo. A interconexão e o compartilhamento no espaço virtual se estenderam ao espaço urbano levando multidões para as ruas. Essa estrutura colabora para a unidade de sentimentos que, quando agrupados, provocam forças para mudanças. Para Castells (2013) as emoções são os principais estopins dos movimentos por mudanças sociais, são os conectores que fazem os indivíduos se associarem em defesa de uma ideia, como nós conectados em rede. Ele acredita que o movimento social começa quando as emoções se transformam em ação (CASTELLS, 2013, p. 14).

O acesso a redes sociais na internet sempre configura rastros digitais deixados pelo usuário por meio dos quais podemos monitorar suas associações e agenciamentos. Esses rastros, de acordo com Bruno (2013), podem nos ajudar a compreender os padrões comportamentais dos indivíduos e de grupos, pois conduzem ao entendimento do que há para além deles, atuando como um passaporte ou ligação que descreve e identifica formações de coletivos sociotécnicos.

Na perspectiva das formações de grupos, consideramos as associações parte substancial para a compreensão dos posicionamentos dos sujeitos dentro de uma discussão ou na sociedade. Há uma tendência de o indivíduo buscar nesse mundo de constante mudança "reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais" (CASTELLS, 2016, p. 63) e podemos adicionar também as associações político-ideológicas. "Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se fonte básica de significado social" (ibidem, p. 63). As identidades[5], portanto, são cada vez mais modelos numa busca por significado em torno de um objetivo social, ou apenas uma aceitação social.

Discurso e internet

A análise do discurso tem como objetivo fazer compreender como a linguagem colocada em ação produz o que diversos autores, por vezes em contextos teóricos diferentes (FOUCAULT, 1996; PÊCHEUX, 1983, 1975; ORLANDI, 2005), denominam

[5] Segundo Castells, "por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais" (2016, p. 78).

discurso, e como é capaz de produzir sentido e propulsionar movimentos. Orlandi se referencia em Pêcheux para afirmar que o discurso se produz, a partir de uma memória - interdiscurso – ancorando-se em algo que já foi dito, formulações já feitas e esquecidas, criando efeitos de sentido no discurso pronunciado (ORLANDI, 2005).

Orlandi (2005) também destaca que o lugar simbólico a partir do qual o sujeito fala também é responsável pela constituição do seu discurso, estando os mecanismos de funcionamento do discurso apoiados nas formações imaginárias que o falante elabora sobre si e sobre o outro e nas associações sócio-históricas a que se relaciona. Os efeitos de sentido, portanto, são resultado das relações ideológicas e sócio-históricas, uma vez que os sentidos das palavras não derivam delas mesmas, mas sim da influência daquilo que constitui o discurso porque "os discursos sempre são formados ideologicamente" (ORLANDI, 2005, p. 43).

Por sua vez, as estratégias discursivas referem-se ao modo de o enunciador buscar dizer seu discurso a fim de alcançar seus objetivos por meio de uma construção discursiva apoiada nas condições sociais às quais está inserido, assim como da identidade social à qual se associa. Na questão do discurso político, há a opinião pública e posições dos demais atores políticos (CHARAUDEAU, 2015), além disso, é preciso que "o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções" (ibidem, p. 80-81). Charaudeau (2016) entende que uma das estratégias discursivas é adotar a dramatização, na qual o ator político exerce o jogo da persuasão e da sedução buscando fazer florescer sentimentos no interlocutor, seja de esperança ou de indignação, em uma tentativa de "essencializar" os julgamentos por meio de facilitação do discurso (CHARAUDEAU, 2016, p. 92).

Coleta e análise de dados

A definição da amostra a ser analisada observou várias etapas. Primeiro, realizamos uma mineração de dados[6] das páginas de todos os senadores disponíveis no Facebook, no período de 17 de abril de 2016 a 31 de agosto de 2016, período situado entre a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do afastamento provisório de Dilma Rousseff do cargo de presidente, e a tramitação e aprovação no Senado Federal. O banco de dados criado compreende 82 páginas com um total de 26.923 postagens.

[6] Usamos a extensão *script Ford Parse, o Facebook Feeds*, ambos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Ufes (LABIC).

Em seguida, definimos as páginas que analisaríamos, somando 4 páginas e 3.905 *posts*. Como é sabido que o impeachment de Rousseff provocou uma polarização bastante acentuada no Brasil, definimos analisar as páginas de quatro senadores que se colocavam em cada um dos dois lados da disputa. O principal critério de seleção dos casos estudados foi a proeminência deles naquele cenário político e as posições-chaves que ocupavam ou passaram a ocupar durante e após a disputa pelo impeachment. Um segundo critério foi o nível de atividade que mantinham no Facebook. Aplicados os dois critérios chegamos aos nomes dos senadores pró-impeachment Blairo Maggi (PP-MT) e Aécio Neves (PSDB-MG). E os senadores contrários ao afastamento Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ)[7]. Os senadores tiveram os seguintes números de publicações:

Pró-impeachment	Total de *posts*	Contra o impeachment	Total de *posts*
Blairo Maggi	389	Gleisi Hoffmann	1424
Aécio Neves	261	Lindbergh Farias	1831

Figura 1 – Tabela de publicações dos senadores

Para a obtenção dos dados de análise, foram realizadas duas etapas: uma primeira, baseada em categorias temáticas dos posts, visava compreender o conjunto da ação comunicacional de cada senador[8]. Obtivemos dados quantitativos que demonstram, de forma geral, como o senador usava a rede. Os posts dos senadores foram lidos e classificadas manualmente, nas seguintes categorias: **a) posicionamento político**, **b) avaliação de governo**, **c) atividade política, d) interação direta** e **e) outros**[9]. A segunda

[7] Blairo Maggi se tornou ministro da Agricultura de Temer e Aécio Neves, à época, era presidente do PSDB, foi candidato a presidente do Brasil contra Rousseff e um dos principais articuladores do impeachment. Recentemente, Aécio Neves ficou afastado do mandato de senador entre 18 de maio e 30 de junho de 2017. Sob suspeição de pedido de propina, o ministro do STF Luiz Edson Fachin pediu seu afastamento; o ministro Marco Aurélio Mello derrubou a liminar e devolveu o mandato do senador. Os últimos dois senadores são filiados ao PT, partido da presidenta investigada. Tanto Gleisi Hoffmann quanto Lindbergh Farias se mantiveram senadores durante o mandato de Dilma Rousseff. Em junho de 2016, Lindbergh se tornou líder da minoria no Senado. Atualmente, Hoffmann é presidenta do PT e líder do PT no Senado.

[8] Adotando como método para esta fase a experiência de trabalho já realizado pelo LABIC, da qual fizemos parte[8], elaboramos cinco categorias temáticas.

[9] A primeira categoria, **posicionamento político** abarca posts que expressam opiniões e decisões dos senadores sobre temas em discussão na agenda social, política e econômica. A segunda, **avaliação de governo,** engloba as impressões favoráveis ou contrárias às ações de governos federal, estaduais ou municipais. A terceira, **atividade política,** corresponde à agenda política cumprida pelo senador. A quarta, **interação direta,** envolve posts engloba postagens de cumprimentos, felicitações ou lamentos por falecimento, sugestões de leituras, citações de reportagens ou falas de outros atores, compartilhamento de charges, às vezes usando vídeos, textos e *memes* para passar algum tipo de informação ou ideia. Na categoria **outros** estão mensagens que não se enquadram nas demais, inclusive as que não apresentam conteúdo textual próprio do autor, consideradas também publicações oriundas de compartilhamento de outras páginas do Facebook.

etapa da análise, de caráter qualitativo, foi realizada numa amostra derivada da primeira e teve o objetivo de identificar estratégias discursivas e efeitos de sentido em uma postagem de cada página analisada que gerou mais engajamento (maior número de curtidas, comentários e compartilhamentos).

Na primeira parte da análise obtivemos dados que nos permitem identificar que entre os senadores analisados, os que são contra o impeachment recorrem à rede social numa escala muito superior aos demais. O fato de parte da disputa política ter a internet e as redes sociais como território associado à baixa acolhida e presença dos defensores de Dilma nos meios de comunicação tradicionais podem explicar essa diferença.

O maior número de publicações encontra-se na categoria interação direta, que indica busca de proximidade, coesão e afeto para com o leitor. Do lado pró-impeachment, o senador Blairo Maggi, foi o que mais interagiu com o leitor, e no outro grupo foi o senador Lindbergh Farias. Foi também Maggi quem dedicou a maior parte de suas postagens para informar sobre suas atividades políticas. No quesito avaliação de governo, Aécio Neves era o que mais atuava, fazendo das críticas ao Executivo um foco de batalha importante em defesa do impeachment. A categoria posicionamento político tem os senadores contrários ao afastamento de Dilma como os mais atuantes, defendendo ideias e argumentos políticos sobre várias questões da agenda política e tendo o impeachment como menção direta ou pano de fundo desse debate.

Estudamos mais acuradamente as publicações da categoria Posicionamento Político, uma vez que nos interessa a produção discursiva acerca do *impeachment*. Dentro deste grupo, fizemos uma nova categorização, desta vez destacando o que era diretamente relacionado ao *impeachment* e o que se referia a outros temas. Por meio dessa leitura foi possível identificar que o grupo favorável ao impeachment publicou principalmente questões que envolviam o trabalho nas comissões e defenderam a constitucionalidade do impeachment. Do outro lado, as publicações remetem ao posicionamento em plenário, com destaque para suas falas, a grande maioria composta por vídeos, e defendendo a tese da inconstitucionalidade do impeachment e de que há um "golpe", pois, apesar de haver um rito constitucional do processo, o possível crime que estava sendo imputado à ex-presidente não se encaixaria no que se configura Crime de Responsabilidade Fiscal.

Estratégias discursivas e efeitos de sentido

As mensagens de Aécio Neves e Blairo Maggi foram publicadas no dia 17 de abril, após a aprovação no plenário da Câmara dos Deputados, referindo-se, portanto, a um processo ainda em curso, que poucos meses depois, eles o apreciariam no Senado e

que mobilizou intensamente as emoções. A mensagem de Gleisi Hoffmann foi publicada no dia 09 de agosto durante a discussão acerca da pronúncia do processo de impeachment no Senado, e a de Lindbergh Faria foi publicada no dia 29 de agosto, referente a pronunciamento realizado no dia 25 do mesmo mês, data do julgamento da presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal.

Os senadores selecionados compartilham o mesmo contexto, e memórias discursivas semelhantes em relação aos processos políticos e às manifestações, além de ocuparem um lugar de fala legitimado pelo mandato, e por outras formas de reconhecimento de caráter mais simbólico relacionados ao passado político, origem familiar, laços e status social, posições defendidas no embate do impeachment, entre outros. Entretanto, estão sob escrutínio rigoroso dos interlocutores aos quais se dirigem, hoje situados mais próximos e com mais recursos para contradita-los.

A produção de sentido remete às condições de produção do discurso, ao que está sendo referido ou calado e ao contexto no qual está inserido. O interdiscurso, ou a memória discursiva, remete a outros acontecimentos, ainda que de forma não verbalizada, como o *impeachment* do primeiro presidente eleito em eleições diretas após o fim da ditatura, Fernando Collor de Melo, à época filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 1992[10] e as consequências políticas de ações contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Aécio Neves – Das eleições 2014 ao impeachment.

	Mensagem publicada no dia 17 de abril de 2016, após decisão da Câmara pelo prosseguimento do processo de impeachment – Engajamento – 56.693
Aécio Neves (PSDB-MG)	A Câmara dos Deputados acaba de aprovar a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente da República. É um **momento grave** e um **passo importante** para o Brasil **superar suas dificuldades**. Essa **vitória** é, em primeiro lugar, **do povo brasileiro**, **de todos os que foram às ruas para colocar limites em um governo que perdeu todos os limites**. E também é uma **vitória da democracia**. Porque o *impeachment* está **previsto na nossa Constituição** exatamente **para que o povo possa se defender dos governos que não respeitam a lei**. Teremos **dias difíceis** pela frente, mas **ao nosso lado está a Constituição e a solidez das nossas instituições. A luta ainda não acabou**. É preciso **manter a mobilização** nas ruas e no Congresso. O pedido de *impeachment* agora chega ao Senado, e mais uma vez **a força dos brasileiros** haverá de fazer a diferença. **Vamos dar ao Brasil uma nova chance!** Pelo ***impeachment* constitucional** da presidente da República e **por um Brasil diferente, honrado e decente**! - Aécio Neves

Aécio Neves destaca o momento de gravidade e a necessidade do impeachment. Ainda que a votação tenha sido efetivamente realizada por representantes, o senador busca obter efeito de proximidade ao inserir o leitor-cidadão na "**vitória**", colocando-a

[10] Em 1992, num outro contexto político, manifestações como Movimento dos Caras-Pintadas exigiram o afastamento do presidente Fernando Collor devido a acusações de corrupção envolvendo pessoas próximas. Em 2013, novos movimentos aconteceram no país, desta vez contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo e por demandas sociais.

nas mãos do **povo brasileiro,** mas incluindo nesse conceito apenas aqueles que "**foram às ruas**", para "**colocar limites**" às ações do governo. Utiliza termos que enfatizam a intensidade da situação ("grave", "importante", "perdeu todos").

De acordo com Charaudeau (2016), esta estratégia discursiva demarca a encenação do drama político no qual são mostradas três fases: 1) a situação de crise, 2) a fonte do mal e 3) e a solução. Aqui, a referência a uma desordem social e suas consequências buscam produzir sentimento de injustiça e indignação. Essa situação é solucionada a partir da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta, que estava sendo acusada de possíveis cometer crimes de Responsabilidade Fiscal.

Na sequência, o senador conduz seu interlocutor à noção de legalidade do impeachment, reafirmando sua constitucionalidade, ponto nodal do processo que a ex-presidente define como golpe. O "superprincípio da governança" (CHARAUDEAU, 2016, p. 97) abraça os termos destacados do discurso do Aécio Neves. Ele busca por meio da exaltação das instituições e da Constituição legitimar o processo ao qual é favorável e evoca valores ligados a legalidade, moralidade e interesse público, ao afirmar que o Brasil pode ser "**diferente, honrado e decente**; **vamos dar ao Brasil uma nova chance!**".

Por fim, convoca para a ação numa proposta de união em prol de um bem maior, para "reparar o mal existente" (CHARAUDEAU, 2016, p. 95) e por sua condição de senador que em seguida votaria a favor do impeachment, coloca-se como aquele que poderá reparar os danos provocados pela presidente em julgamento, ocupando assim o lugar do herói, ao mesmo em que estimula laços de confiança para com o cidadão.

Blairo Maggi (PP-MT) – Antes, senador. Depois, ministro.

	Mensagem publicada no dia 17 de abril de 2016, após decisão da Câmara pelo prosseguimento do processo de impeachment – Engajamento – 2.155
Blairo Maggi (PP-MT)	A Câmara dos Deputados, com 367 votos a favor e 137 contra, se posicionou pelo impeachment da Presidente Dilma. O processo agora vai para o Senado Federal onde, pelo bem do Brasil, buscarei concretizá-lo. Assumo minha Responsabilidade, como representante do povo matogrossense, perante o País. Não podemos fechar os olhos e os ouvidos para os apelos da sociedade. Esse governo, que inicialmente apoiei, nos enganou e ignorou os problemas que hoje tiram o sossego do povo brasileiro, e não tem condições de liderar a retomada do crescimento econômico. A saída da presidente é um primeiro passo para a reconstrução do Brasil. A esperança renasce!! #mudabrasil #impeachment

Com um tom inicialmente informativo, a mensagem de Maggi destaca o número de votos computados a favor e contra o afastamento de Dilma, na Câmara dos Deputados. Maggi se posiciona de modo a criar um sentimento de união do povo e valorização do trabalho dos representantes em favor destes. Ao afirmar que atua "**pelo bem do Brasil"**, evoca para si um papel republicano e patriótico, buscando reforçar sua relação de compromisso para com o seu papel de **representante do povo**.

Argumentar com forte carga emocional tende a ser mais eficiente. Maggi posiciona de modo a incitar no ouvinte/leitor a indignação (“ **não podemos fechar os olhos e os ouvidos para os apelos da sociedade”)**. Por ter apoiado o governo Dilma durante o primeiro mandato e o início do segundo, Maggi é levado a gerar algum tipo de justificativa para sua mudança de lado (“**esse governo que inicialmente apoiei nos enganou”)** e o faz da forma a obter o máximo proveito, perfilando-se ao lado dos que se sentem enganados e colocando como vítima da situação, mas disposto a corrigir sua trajetória. Por fim, a proposta de mudança e salvação: Blairo Maggi argumenta que há, sim, uma saída para a crise político-econômica do país e que o primeiro é “**a saída da presidente... A esperança renasce!!** O apelo à emoção é usado outra vez como modo de persuadir o leitor a defender seu posicionamento.

Lindbergh Farias (PT-RJ) – “EU ACUSO”: há uma conspiração

	Mensagem publicada no dia 29 de agosto de 2016 referente ao pronunciamento realizado no dia 25, dia do julgamento de Dilma Rousseff no Senado com sua presença – Engajamento – 87.436
Lindbergh Farias (PT-RJ)	EU ACUSO Temer e Cunha; a FIESP, a Rede Globo; as elites brasileiras, o PSDB! Acuso de conspiração para dar um golpe de Estado contra uma presidenta legitimamente eleita![11]

Do outro lado da discussão sobre o impeachment, Lindbergh Farias fez a defesa da presidenta Dilma, sempre refutando a ideia de que o manejo de recursos orçamentários apelidado de “pedaladas fiscais” foram apenas desculpas para que outro grupo político assumisse o comando do país. A publicação escolhida para esta análise está intitulada como “EU ACUSO” e vem seguida de um vídeo de cerca de 6 minutos, no qual o senador se posiciona contra as acusações feitas sobre a presidenta e ressalta aqueles que, em sua concepção, cometeram crimes passíveis de julgamento.

Defensor da tese do **golpe** político por trás do impeachment, Lindbergh usa constantemente o termo, o que deixa claro seu posicionamento acerca do processo. Ele acusa diversos políticos, sendo os principais o ex-deputado federal e presidente da Câmara Federal na época da admissibilidade do processo, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o então vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), de **liderarem uma conspiração parlamentar** e considera aqueles que julgaram a presidenta como **bandidos**. Em uma tentativa de resgatar uma memória discursiva, Farias cria paralelos entre os governos de Dilma e Lula com a atuação de Fernando Henrique Cardoso diante da autonomia da Polícia Federal. Assim, ele busca colocar a credibilidade dos acusadores em xeque porque é necessário, de acordo com Charaudeau (2016), que as condições de

[11] Pronunciamento completo do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) está disponível em https://www.facebook.com/223382044339765_1287065357971423

sinceridade, de saber e de desempenho acompanhem o discurso político. Com as colocações de Lindbergh, ele questiona estas considerações por parte do grupo pró-impeachment.

"**Eu acuso"** foi a forma encontrada pelo senador para indicar os causadores da crise política, ocasionando um efeito emocional articulado a partir da apresentação dramática do tema e de uma desordem social (CHARAUDEAU, 2016, p. 91) provocada pelas **elites dominantes, burguesia brasileira** e **a mídia**. O drama político é ainda mais enfatizado pelo uso dos termos "**vingança**", "**traição**" "**interesses das elites**", "**aves de rapina**" e "**sugar o sangue do povo brasileiro**". Com isso, o senador busca se colocar do lado dos que defendem causas sociais e do povo, posicionando-se contra aqueles que, segundo ele, são os detentores do poder econômico e midiático. Desta maneira, Lindbergh transforma o sentido das palavras usadas com o objetivo reforçar um imaginário discursivo por meio de metáforas (ORLANDI, 2005 p. 44) que coloquem seus opositores como inimigos do povo e bajuladores do poder. Por se tratar de um vídeo, podemos identificar a ênfase e a segurança diante das acusações que profere contra os "**golpistas**" (as elites, a burguesia, a mídia, políticos de oposição), a posição combativa e o gestual falam tanto quanto as palavras.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) – "HIPÓCRITAS! A HISTÓRIA NÃO VAI PERDOAR"

Gleisi Hoffmann (PT-PR)	**Mensagem publicada no dia 09 de agosto de 2016 em sessão de discussão sobre a pronúncia do processo contra Dilma Rousseff defesa – Engajamento – 76.505**
	HIPÓCRITAS, HIPÓCRITAS, HIPÓCRITAS! A HISTÓRIA NÃO VAI PERDOAR. Discurso da Senadora Gleisi na sessão da pronúncia do impeachment.[12]

O tom de Gleisi Hoffmann ao iniciar seu discurso, também publicado em vídeo, configura-se como uma prévia lamentação pelo rumo que se deu o processo de impeachment. Ela classifica a sessão como "**triste**" e "**ingrata**", dando ênfase ao seu descontentamento. Incansavelmente, assim como Lindbergh, a senadora tratou o impeachment como um "**golpe**" caracterizado por desrespeito às urnas e julgado não pelos crimes em si, mas sim "**pelo conjunto da obra**". Os efeitos de sentido do discurso de Gleisi remete à indignação diante das acusações defendidas pelos "**derrotados**" das eleições de 2014. Inicia-se então uma estratégia de desqualificação do adversário (CHARAUDEAU, 2016, p. 93) a partir da adoção de expressões como "**arautos da moralidade**" em tom de ironia com o fim de deslegitimar a oposição, principalmente

[12] Pronunciamento da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) no link https://www.facebook.com/136344939876101_613408978836359

aqueles deputados federais "**que nos acusavam estão sendo acusados**" por crimes de corrupção. Além disso, aponta que estes mesmos são responsáveis por provocar ódio político no país.

Por quatro vezes Hoffmann usou citações para justificar seus posicionamentos: uma de Nelson Mandela ("**o ódio não nasce conosco, o ódio é ensinado, o ódio é aprendido**"), uma do Evangelho ("**formosos por fora, mas podres por dentro**"), outra de Drummond ("**e agora José?** ") e outra de Tancredo Neves ("**Hipócritas! Hipócritas! Hipócritas!** "). O uso de *slogans* e frases feitas fazem parte da proposta de criar um "efeito de angústia" e de "simplificação" (CHARAUDEAU, 2016, p. 92) do fato para que haja um melhor e mais rápido entendimento e compreensão pelo interlocutor. A memória discursiva (ORLANDI, 2005, p. 31) complementa o entendimento, uma vez que o dizer remete a um já-dito e que sustenta a fala proposta pela senadora de criar comparativos e críticas aos posicionamentos dos senadores favoráveis ao impeachment.

Lugar de fala e as narrativas

"O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz" (ORLANDI, 2005, p. 39). A consideração de Orlandi acerca do lugar de fala compõe o fechamento da análise do discurso que propomos neste trabalho, isso porque acreditamos que a constituição do sujeito está intrinsecamente ligada ao contexto no qual está inserido, à sua formação sócio-histórica e ideológica. De modo amplo, todos os quatro senadores aqui analisados têm seus lugares de fala primeiramente legitimados pelo voto conquistado durante as eleições. Em um segundo pressuposto, o lugar de fala dos agentes políticos pró-impeachment é construído com base em uma sólida relação situada politicamente no campo da direita.

Aécio Neves e Blairo Maggi realizaram suas postagens no período em que foi discutida a admissibilidade do processo na Câmara dos Deputados. Naquele momento, os senadores desfrutavam de boa condição de credibilidade junto à parcela da população que defendia o impeachment atuando de forma legítima contra o que acreditavam ser um governo que desorientou a economia e provocou consequências que somente a deposição da presidenta poderia reverter. Ao adotarem o lugar de defesa dessa proposição por um lado a legitimavam emprestando seu capital político como também agiam para angariar mais legitimidade ao espaço político que ocupam, por meio do apoio desse segmento da população.

Um dos atributos que se relaciona ao sujeito que ocupa um lugar de fala, a credibilidade é um valor que a todo momento precisa ser cultivado. A legitimidade que

possuem, chancelada pelas eleições, não assegura a credibilidade como algo permanente e imutável, pois é apenas parte do jogo da delegação de poder. Quanto a isso, Charaudeau (2016, p. 73) explica que é necessário que a credibilidade complemente a legitimidade, e vice-versa, uma sem a outra torna a imagem política fraca e sem efeitos. Depois do impeachment, políticos que articularam o processo também foram denunciados por envolvimento em esquemas de corrupção e pedidos de propina, entre outras suspeitas, como no caso de Aécio Neves, e que culminou com seu afastamento do mandato por mais de um mês[13]. A mesma performance do senador hoje não teria o mesmo impacto do passado.

Do outro lado, Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias falavam a partir do outro lado da disputa, buscando desconstruir a formalidade e legalidade do processo que estava em curso. Desde a apresentação do pedido de impeachment até o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, os dois senadores foram incansáveis em sua atuação política e atividades nas redes sociais como forma de mostrar o outro lado do impeachment. Por eles chamado de "golpe", "vingança", "traição" e "conspiração", o lugar de fala foi constituído de modo defensivo e contrário ao processo de impeachment. A constitucionalidade e legalidade do processo também foi usada, mas desta vez como ferramenta de desconstrução do argumento da oposição. Com ideais mais ligados ao campo político da esquerda, Gleisi e Lindbergh defenderam o mandato de Dilma em nome das conquistas sociais que, segundo eles, seriam desarticuladas caso houvesse a destituição da presidenta.

A posição defendida pelos senadores evoca também o povo como destinatários e beneficiários de suas ações e discursos. No entanto, trata-se de um outro segmento da população, diferente do referido e defendido pelos senadores pró-impeachment. Embora almejem universalizar a ideia povo, o segmento popular ao qual Gleisi e Lindbergh se referenciam é aquele que apoiou o projeto de governo que tinha Dilma como cabeça em 2014, marcado por ações de promoção e mobilidade social, muitos dos quais ameaçados por medidas de contenção de gastos do governo que estava na interinidade e por ideias e projetos que podem eliminar direitos conquistados. Esta defesa se reforçava ao remeterem

[13] Aécio Neves ficou 48 dias afastado do mandato de senador (entre os dias 18 de maio e 30 de junho) após determinação do ministro do STF Luiz Edson Fachin baseada em uma gravação na qual o senador supostamente pediu 2 milhões de reais em propina ao empresário da JBS Joesley Batista. No dia 30 de junho, o ministro Marco Aurélio Mello determinou a volta de Aécio ao Senado constando no despacho que os votos que o elegeram devem ser respeitados, assim como o exercício do mandato é uma importante peça da democracia representativa. "Ministro do Supremo devolve mandato de Aécio Neves no Senado e nega pedido de prisão" https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/30/politica/1498834680_138529.html

à qualidade de vida de quando o PT estava na presidência, na tentativa de reforçar o simbólico e o ideológico (CHARAUDEAU, 2016, 79; ORLANDI, 2005, p. 46) que defendem. Apesar disso, durante o ano de 2016, tanto Hoffmann quanto Farias também tiveram seus nomes envolvidos em ações da Política Federal e processos no judiciário, o que impacta o quesito credibilidade e os obriga a colocarem-se em posição de auto-defesa para preservar suas posições nos territórios da disputa política.

Observa-se também que há duas narrativas estudadas nesse processo e há também duas construções do imaginário sobre o governo de Dilma Rousseff e sobre a própria figura de Dilma. De um lado, sua gestão é vista como ineficiente, inepta e incapaz de manter a estabilidade econômica, enquanto Dilma é mostrada como enganadora, inepta e até mesmo mentirosa. Do outro, o mandato de Dilma é visto como inovador, comprometido com a produção de justiça social, e Dilma é instalada como uma mulher corajosa e resistente às investidas dos adversários.

Há também aqueles para quem o político pronuncia seu discurso, os destinatários, que são instalados dentro do discurso pelo falante. Ambos os grupos se referem ao povo, ora como "aqueles que foram às ruas", ora "o povo brasileiro". Este ente que está sempre em disputa nos discursos dos quatro senadores, tem referentes e destinatários diferentes. Os cidadãos brasileiros a quem os senadores dizem representar apresentam ideologias divergentes entre si. O grupo que foi às ruas e pediu a saída da presidenta Dilma é caracterizada por uma parcela da população que estaria indignada com a corrupção e a crise econômica, e acreditava que com a sua destituição a situação se resolveria. Para estes, o processo formal de eleições que tem caracterizado as democracias poderia ser relegado a segundo plano em nome da superação da crise econômica. Aqueles que defenderam o governo Dilma, por outro lado, são os que defendem os programas de assistência social e a população que neles se apoia, acreditando no potencial de igualdade social possível por meio do programa de governo eleito. Reivindicavam também o respeito às eleições que a tinham conduzido ao poder e alegavam que a crise econômica tinha razões externas e não seria solucionada com a saída de Dilma. Os dois lados encontravam eco em seus discursos, o que permite perceber a formação de bolhas políticas.

Considerações finais

Neste artigo propusemos, com base na literatura da análise do discurso e das redes sociais, criar um estudo que criasse a possibilidade de realizar uma análise do discurso político a partir da plataforma virtual. A produção do discurso é uma mistura das

condições materiais de produção, do que é institucional e dos mecanismos imaginários que produzem imagens dos sujeitos falantes. Deste modo, tanto o grupo pró quanto contra o impeachment materializaram suas práticas discursivas a partir de suas construções sociais, históricas e ideológicas. As redes sociais podem ser consideradas novas interfaces para que o discurso político se manifeste, exigindo dos seus produtores que ajustem suas estratégias discursivas para este ambiente, explorando as possibilidades de expressão que as redes oferecem, a fim de atingir objetivos, sendo o principal deles o convencimento da justeza de suas ideias e proposições.

A persuasão e a sedução por meio do sentimento e da emoção são elementos centrais, e para acioná-las arregimentam-se estratégias como a dramatização do discurso, no sentido de descrever um cenário, os atores envolvidos e as soluções para o caos aplicam-se à realidade política e nos permite, com estudos semelhantes a este, identificar quais as estratégias de argumentação são usadas e, ao mesmo tempo, como elas são construídas com subsídio na formação sócio-histórica dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BRUNO, Fernanda. **Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede**. Revista Famecos, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. Editora Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MALINI, Fábio et al. **Como a ciência de dados pode cartografar, em tempo real, a agenda de adversários políticos (ou de todo campo político)**. Online. Disponível em: <http://www.labic.net/ciencia-de-dados/como-a-ciencia-de-dados-pode-cartografar-em-tempo-real-a-agenda-de-adversarios-politicos-ou-de-todo-campo-politico/>.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**. Campinas-SP: Editora Pontes, 2005.